



TRIBUNAL FEDERAL DE RECURSOS

RESOLUÇÃO N. 5, DE 3 DE OUTUBRO DE 1978

O TRIBUNAL FEDERAL DE RECURSOS, no uso de suas atribuições, e de acordo com o decidido na Sessão Administrativa realizada em 3 de outubro de 1978,

RESOLVE:

1º Delegar competência ao Presidente, para praticar os seguintes atos, referentes a servidores do Tribunal:

I – Autorizar averbação de tempo de serviço;

II – Conceder licença especial;

III – Decidir sobre requisição de funcionários;

IV – Conceder licença para trato de interesses particulares e por motivo de afastamento do cônjuge, funcionário civil ou militar;

V – Efetivar progressões e ascensões funcionais, observados os critérios preestabelecidos:

2º As matérias relacionadas nos itens anteriores, cujas peculiaridades, a critério do Presidente, o justifiquem, serão submetidas à deliberação do Tribunal.

3º É facultado ao Presidente, nos termos do artigo 12, do Decreto-lei n. 200, de 25 de fevereiro de 1967, delegar competência ao Diretor-Geral da Secretaria para a prática de atos administrativos, observada, no que couber, a regulamentação pertinente.

4º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas a Resolução n. 3/71 e demais disposições em contrário.

CUMPRA-SE.PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE.

Ministro PEÇANHA MARTINS
PRESIDENTE